



1 **19ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Comunicação, Participação, Diálogo**
2 **e Controle Social CT-CPDCS/CIF**
3
4

5 **LOCAL:** FAPES - Av. Fernando Ferrari nº 1080 - 7º andar - Sala Monte Mochuara

6 Mata da Praia - VITÓRIA, ES

7 **Dia:** 22 de agosto de 2018

8 **Horário de início e de término das sessões:** 22/08: 10h00 – 14h30
9

10
11
12 **Membros da Câmara Técnica:**

13 Maria Thereza F. Teixeira (SEGOV/PR)

14 Jumaida Pressi Moreira (SEGOV/PR)

15 Celia Kiefer (Vice-Governadoria ES)

16 Leticia Silva Palma (SEDPAC-MG)

17 Maria do Carmo D. Hatab (Vice-Governadoria ES)

18 Thais Correa Damasceno (SEDPAC-MG)
19

20 **Observadores:**

21 Camila Batista Nogueira (Fundação Renova)

22 Carlos Anselmo Cenachi (Fundação Renova)

23 Daniela Reis (Fundação Renova)

24 Danusa Nascimento (Fundação Renova)

25 Edna das Neves e Silva (SETADES)

26 Eva Gazoni (Fundação Renova)

27 Guilherme Alberto R Araujo (Fundação Renova)

28 João Luiz Paste (ISN-ES)

29 Marcos Affonso Ortiz gomes (RAMBOLL-MPF)

30 Maria do Carmo L. D. Hatab (ESESP/ES)

31 Rafael Sanzio Cunha Bello (Fundação Renova)

32 Thais (Ernest Young)
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50

51 **DIA 21/08**

52

53

54 **1) Assuntos Internos (21/08)**

55

56 **Discussão 1**

57

58 **DIA 22/08**

59

60

61 **2) Apresentação do Plano de Território Integrado**

62

63 A Danusa Araujo (FR) apresentou o status de como está Plano de Território Integrado, macro
64 modelo que foi apresentado na última reunião, com a proposta de uma gestão territorial
65 integrada cujo foco é o atingido, buscando fortalecer uma atuação mais integrada e sistêmica
66 entre os territórios e os programas dentro de um processo intenso de melhoria. Quais são os
67 processos levando em consideração essa integração e entre as áreas que estão dentro da área de
68 engajamento e participação como a Comunicação, Relação Institucional, canais de
69 relacionamento, e o próprio diálogo. As frentes de trabalho tanto de programas quanto de
70 territórios atuando em conjunto testando uma nova metodologia que passará por um processo
71 de implantação, gestão (monitoramento e reportes) trabalhar mais fortemente na questão das
72 demandas e respostas dos territórios. Alinhamento do fluxo junto aos programas para que
73 possam haver respostas mais consistentes. É um processo evolutivo onde questões internas estão
74 sendo aprimoradas onde tem-se o pano de fundo o novo TAC Governança e uma questão de
75 origem que é o TTAC. Essa primeira imersão do modelo de Gestão Integrada será orientada ao
76 dano/impacto criando condições para que os trabalhos sejam mais aprofundados para melhor
77 entendimento do ciclo reparatório. Com um PTI que seja orientado ao desenvolvimento
78 sustentável. É um processo evolutivo com o Novo TAC Governança que agora vai envolver uma
79 interação das Câmaras Regionais e Locais num processo mais participativo e provocando um
80 aprimoramento no modelo.

81

82 Estruturaram-se oficinas para a consolidação do entendimento das percepções e expectativas
83 dos atingidos e como trabalhar o ciclo reparatório: leitura do contexto e estratégia de como
84 trabalhar com este novo desafio bem como a sinergia com outros programas para fazer frente à
85 cada território. Consolida-se então a primeira versão do PTI (Plano de Território Integrado). O
86 Primeiro piloto feito na calha do Alto Rio Doce que gerou um amadurecimento para sistematizar
87 e aprimorar a metodologia resultando em um primeiro piloto do PTI.

88 O PTI trouxe uma provocação para a FR já que os desafios extrapolaram a áreas das Câmaras
89 Técnicas e suas dimensões. De acordo com Guilherme Alberto R Araújo (FR) não é só uma
90 integração de ações, mas sim: uma Reparação Integrada com uma percepção da realidade do
91 atingido. Nesse processo reparatório há o interesse de acompanhar o timing dos programas PIM
92 e AFE já que há a questão da informalidade da atividade econômica do atingido que tem mais de
93 meio um de subsistência. Então em termo de gestão o planejamento das ações não está sendo
94 feita apenas no nível do programa, mas sim no ciclo reparatório do atingido.

95

96 Houve um questionamento interno, pela Edna das Neves, se as políticas públicas estão sendo
97 levadas em conta, e importância de colocar a discussão de forma assertiva com a interação social
98 e com o poder público, principalmente na percepção do território onde é neste momento que há
99 o contado com o atingido.

100
101 Mas para desenvolver o programa piloto, de acordo com a FR não há a participação direta dos
102 atingidos, pois o momento é de desenvolver e consolidar uma metodologia.

103
104 Um ponto colocado pela Leticia Palma é a importância de se pensar e ampliar o trabalho além
105 dos 6 territórios pontuados, que está sendo mencionado no novo TAC Governança,
106 principalmente porque inclui essa nova participação social com a inclusão das novas Comissões
107 Locais e Regionais para no mínimo 19 territórios, aumentando a complexidade do PTI. Foi
108 solicitado à FR que passe a considerar os 19 territórios.

109
110 Maria Thereza questionou como está o diálogo com os atingidos já que, na última reunião, foi
111 falado do projeto piloto em Ipatinga e que agora a FR já está em fase das oficinas (estas que irão
112 apoiar a composição da metodologia) quase finalizadas. E como esse projeto piloto já sinaliza
113 para as novas etapas. Com a entrada das novas Comissões o desafio da FR é ter uma percepção
114 mais apurada de quais programas vão integrar cada território.

115
116 A Leticia criticou o modus operandi da FR, de não incluir os atingidos nos processos e pontuou
117 que seria imprescindível ser levado em consideração, pelo programa, a potência de
118 conhecimento, de saber e de formas de fazer dentro do grupo de atingidos e de seus territórios.

119
120 A FR respondeu que ainda não chegou ao final deste piloto onde haveria a fala com os atingidos.
121 No final de agosto finaliza a primeira versão do PTI para a apresentação e entender como ira
122 caminhar a participação dos atingidos dentro do novo TAC e que é preciso entender as
123 expectativas deles primeiro para aprimorar a metodologia e só a partir daí envolve-los para um
124 diálogo. A ação precisa ser coerente para que a metodologia e o programa sejam eficientes.

125
126 Célia pontua que se precisa de racionalidade e sensibilidade já que há um esforço de RH, técnico
127 e financeiros porque não fazer o PTI já na lógica do TAC. O que se discute não é o modelo, mas
128 com quem está sendo feito quem está envolvido e que os atingidos são sujeitos de direito ao plano.
129 E a CT tem feito a todo momento esse diálogo. Leticia e Flavia pontuam que a necessidade de
130 pensar “fora da caixa” e nos novos territórios num esforço de pensar nesse dialogo como parte
131 essencial do programa.

132
133 Daniela da FR disse que já há este amadurecimento do processo devido a escuta feita todo o
134 tempo e por diversos agentes no processo dentro da FR incluindo pela Governança. A FR se
135 estruturou em um curto espaço de tempo, com diferentes frentes de trabalho e competências
136 técnicas em uma complexidade gigantesca que o evento gerou. Neste momento não poderá ser
137 aberto o dialogo sem o alinhamento interno principalmente de como acolher o novo TAC
138 Governança. Um amadurecimento dentro de uma nova visão para que haja uma escuta de
139 qualidade.

140

141 Maria Thereza não pode participar do restante da reunião, mas pontua a necessidade de se incluir
142 a fala dos atingidos, mas que precisa haver então um esforço dentro da FR de integrar os
143 programas no território como a base, que a crítica não é ao programa PTI em si, mas a como a
144 questão do diálogo com os atingidos irá avançar.

145
146 Foi pontuado pelo Marcos Affonso que precisa existir confiança no sistema. Não há necessidade
147 de mais “colher demandas” com tanta inteligência envolvida e sim do indivíduo/atingido
148 entender que está sendo envolvido, e que além da escuta e participação, há o poder da
149 realização. E que isso possa ser palpável para o atingido. E não pode ficar parado na burocracia
150 ou no compliance, porque se não tiver realização esse esforço interno de todos envolvidos, CT e
151 FR é inútil.

152
153 A Flávia pontua a negativa da FR, em última hora em bancar o transporte à uma feira de Saúde
154 em Barra Longa porque não se encaixava no Programa de Saúde, Físico e Mental e de
155 atendimento Social. E critica que a Renova não dá a devida importância ao evento de promoção
156 à Saúde realizada e promovida pela comunidade/atingido. Outro exemplo: a FR vai à uma reunião
157 na Assembleia e aceita as diretrizes com as bases mínimas para a reforma das 235 casas que estão
158 trincadas, baseadas no princípio da “Centralidade da dor da Vítima”, e ao final critica a lista
159 fechada e não acata as mesmas diretrizes. Ressaltou o cansaço em cobrar atitudes e ações estão
160 descritas no PowerPoint e que não estão sendo realizadas na prática e que a FR corre o risco de
161 cair no descrédito pela falta de engajamento, respeito e participação social. A Célia ressaltou
162 ainda a necessidade de um conteúdo mais realístico, e em como os resultados destas oficinas vão
163 criar sinergias e riquezas para o programa.

164
165 Solicitação de preparação pela Renova de um relatório de como estão os CITEs (Centros de
166 Informação Técnica) de Mariana e Valadares e o andamento para a definição dos CITES do Espírito
167 Santo.

168
169 Houve um questionamento da necessidade de validação do CIF sobre o ofício da Renova do CITE
170 do ES sendo está uma demanda da CT. A Eva respondeu que alguns itens técnicos precisariam
171 ser respondidos além do ofício enviado e que por isso, a necessidade de uma validação via CIF. E
172 a não participação ou até mesmo notificação da coordenação da CT nas reuniões dos promovidas
173 pela Renova nos territórios principalmente no estado do ES, assunto tratado como
174 encaminhamento.

175
176 A FR deu continuidade à apresentação na questão dos CIAs. Pesquisas estão sendo trabalhadas
177 em duas questões envolvendo os territórios: uma na perspectiva de Comunicação e Diálogo com
178 a Comunidade similar à de Mariana que será feita no Rio Dove e uma avaliação mais aprofundada
179 dos CIAs para melhor entender o funcionamento que ele possa ter e pensar o melhor papel nas
180 questões que pode ser melhorada no diálogo e nas questões com os atingidos que a princípio
181 envolveria apenas estes e depois com as lideranças. Até o final de novembro os resultados serão
182 computados.

183
184 A CT questionou como encaminhamento se haveria possibilidade de receber o conteúdo e
185 metodologia da pesquisa e um relatório de acompanhamento nas próximas reuniões antes do
186 resultado.

187 **3) Apresentação dos pilares da Ouvidoria**

188

189 A apresentação foi conduzida pela Camila Nogueira (FR), onde foram relatados os principais itens
190 de funcionamento e reorganização da Ouvidoria como revisão de contrato, encaminhamento e
191 apuração das denúncias, melhorias no monitoramento das reclamações, apoio na elaboração do
192 edital para contratação do Ouvidor-Geral, divulgação da Ouvidoria, reunião com representantes
193 da Comunidade de Pescadores de Ipatinga e priorização de situações de vulnerabilidade
194 recebidas pelos canais de relacionamento.

195

196 As ações realizadas: Atualização do site, busca de internet e divulgação em mídias sociais,
197 Programas de rádio (Mariana, Governador Valadares e Foz do Rio Doce), Cartaz e pílula de
198 WhatsApp (CIAs, Escritórios PIM, CRAS), Treinamentos para as equipes dos Central de
199 Relacionamento, Fale Conosco e CIAs: orientação aos manifestantes para contato com a
200 Ouvidoria, quando pertinente. E seus resultados foram apresentados também.

201 Celia comenta o aprimoramento na forma de apresentações nas denúncias que envolvem os
202 atingidos e quais ações/programas que estão sendo objeto de questionamento na Ouvidoria e
203 que não estão nos destaques apresentados e resposta da Camila foi: PIM, AFE e Cadastro. O que
204 a Ouvidoria faz é entender a situação dos atingidos que é a prioridade: o número de atendimentos
205 aumentou, mas a proporção se manteve nestes programas.

206

207 Para Célia fica claro que os programas e ações ainda não estão sendo de conhecimento dos
208 atingidos já que a Ouvidoria também é um canal de comunicação. Nessa troca de informação ela
209 acrescentou que parece que os programas não têm efetividade com o que é real, como o auxílio
210 e a indenização. Levando em consideração o custo do investimento que já foi feito, há sim uma
211 concentração das atividades meio em detrimento às atividades finalísticas para os atingidos.

212

213 Letícia coloca que nome estão sendo expostos nas denúncias, como lideranças, FR colocou que
214 nomes não são expostos e que não há juízo de valor. Letícia irá entrar em contato para fazer uma
215 proposta para minimizar essa questão.

216

217 Denúncias de concessão indevida AFE e indenização: Letícia sugere que haja a conversa com
218 atingido denunciado devido alguma falta entendimento. FR coloca que hoje não há necessidade
219 de contato, até mesmo para não gerar intrigas. Letícia coloca que durante a apuração haja essa
220 conversa sem colocar que o atingido é denunciado. Encaminhamento: FR ficou de avaliar se existe
221 esta possibilidade.

222

223 Encaminhamento do cronograma das oficinas externas a serem realizadas pela Ouvidoria com o
224 atendimento dos atingidos na semana do dia 03 de setembro.

225

226 **4) Apresentação do Plano de Comunicação**

227

228 Apresentação pela Daniela Reis (Fundação Renova) do Plano de Comunicação enfatizou os
229 esforços de alinhar territórios, TAC Governança, atingidos corrigindo a forma de realizar e
230 construir os planos de Comunicação principalmente devido as demandas geradas tanto pelas
231 necessidades de informação das pessoas quanto pelos programas. A conversa direta com os
232 atingidos está presente no Plano de Comunicação pela importância dos insumos gerado por esse

233 tipo de diálogo. Mas a comunidade precisa sentir confiança no processo. Já que muitas situações
234 envolver os atingidos na construção de um plano/iniciativa fica mais difícil quando a fala
235 recorrente é a de quando eles vão receber suas casas. E essa é uma questão que ainda não se
236 tem uma resposta direta para dar. Por isso há uma necessidade de uma análise de cada iniciativa
237 para verificar quando é possível ou não esse diálogo. E no caso de Degredo houve essa
238 possibilidade.

239
240 Foi realizada uma oficina em Degredo dia 21/08, onde mostrou-se a disponibilidade da
241 comunidade ao diálogo, com uma relação de confiança entre as partes e ao mesmo tempo para
242 a FR a responsabilidade adquirida ao final do processo. Aconteceu de uma forma bem lúdico com
243 a levando em conta a diversidade das pessoas envolvidas e, mesmo com o cansaço e o desgaste
244 que a comunidade já vem passando ficou claro o respeito, a relação de confiança e a forma
245 acolhedora de como a FR foi tratada. Eles não se detiveram ao impacto do rompimento da
246 barragem.

247 Encaminhamento: enviar à CT a relação de participantes das oficinas em Degredo.

248
249 A CT comentou porque esse tipo de iniciativa não aconteceu antes e que a gerente de território
250 deveria ser parabenizada por ter alcançado esse nível de confiança na comunidade em Degredo.
251 As diferentes visões foram contestadas, como por exemplo, pela CT Indígena, da situação dos
252 atingidos em Degredo. Que não só eles entendem o impacto do evento, mas que a relação com
253 a Renova é complicada e muito conflitante. E que o discurso não condiz com a realidade já
254 observada ao longo do último por outras CTs e pelo próprio estado do ES.

255
256 A FR relatou que o foco do diálogo na Comunidade não foi sobre o impacto do rompimento da
257 barragem embora esse assunto foi trazido à tona algumas vezes. Houve um questionamento pela
258 CT de como foi feita essa mobilização da comunidade para a realização deste encontro e grau de
259 engajamento na problemática para que os resultados possam ser medidos e servirem como
260 insumo real ao Plano de Comunicação.

261
262 A FR respondeu que em termos de mobilização, a iniciativa é levada primeiro à Comissão Local e
263 todas as definições de como seriam feitas as consultas e os participantes são indicações feitas por
264 essa comissão.

265
266 Finalizando a apresentação com algumas questões importantes pontuadas na oficina:
267

- Necessidade de se trabalhar a questão do PIM: o que a Comunicação pode dizer quando
268 os critérios não são definidos e as questões não são respondidas;
- Necessidade de aprimoramento das informações: não baste ter o cartaz precisa haver a
269 preocupação no entendimento correto das pessoas;
- Necessidade de levar informações mais detalhadas sobre Cadastro, cartões, processos
270 após registro e direitos devidos;
- Nomes são retirados da lista da Fundação Palmares e, como a divulgação desta é feita
271 pela FR, o entendimento é que a mesma retira os nomes da lista;
- Questão da distribuição de água;

272
273
274
275

- 276
- 277
- 278
- Informações sobre questões técnicas mais específicas dos programas para ajudar na compreensão do processo junto à comunidade; como reparação do rio e o processo de reparação da barragem: preocupação com o futuro.

279 Celia pontuou que a CT já conhece o antes e o depois do evento e o resultado da oficina é o
280 oposto do observado. A metodologia da oficina e a intenção foram parabenizadas, mas precisa-
281 se de um novo olhar, mais sensível e mais atento no resgate de uma relação mais consciente e
282 consistente de respeitabilidade com o atingido. O sentimento de pertencimento da comunidade
283 está bem claro, o conhecimento da realidade e dos seus direitos e a explicitação da situação
284 agravante. Pede que se retire da apresentação que os impactos do evento não foram observados
285 ou não foram objeto principal nos relatos colhidos. Há conscientemente a exposição das
286 necessidades e por isso, não dá para incorporar, no discurso técnico, a não observância do
287 impacto ou que são levadas demandas e que não se tem resposta. E que FR não foi constituída
288 para levantar problemas e sim para dar soluções, levando à comunidade as informações das
289 ações que serão ou estão sendo feitas para efetivar a mudança.

290

291 A Flávia da CT pede a palavra para fazer um parêntese onde foi colocado que, na comunidade
292 onde foi realizada a oficina, o Jornal da FR não chega. A Flavia relata seu alívio pela comunidade
293 local não receber então, via o jornal da FR, notícias que não condizem com a realidade, sendo
294 assim, inverossímeis. E que gostaria de deixar registrado que, o que está escrito no jornal é uma
295 percepção totalmente equivocada. Deu um exemplo que no último jornal da FR que leu estava
296 descrito que o povo de Gesteira estava satisfeito porque o distrito seria reconstruído tal como as
297 famílias solicitaram, com falas dos atingidos distorcidas e que dava a impressão de que tudo
298 estava resolvido. Os relatos e interpretações descritas no jornal não condizem com a verdade.

299

300 A Edna pergunta então, em meio a profundidade que foi a oficina, quais serão seus resultados
301 devolvidos, cronograma das atividades, plano de ações e prazos determinados para a
302 monitoração da CT, tendo como base o Controle Social.

303

304 Com relação à Degredo, Guilherme (FR) ressalta que é um Plano de reparação onde as ações vão
305 partir de um diagnóstico que foi construído com a comunidade, num processo de trabalho em
306 conjunto e participativo desde o início. Não existe um escopo pré-definido como em outros
307 territórios.

308

309 Maria do Carmo, pontua também a necessidade de não se discutir ações fragmentadas e quais
310 os objetivos e resultados concretos que a oficina trouxe e que serão inseridos no Plano de
311 Comunicação. Também sugere como encaminhamento que a CT precisa de ter o conhecimento
312 dos programas que estão sendo desenvolvidos por território e de como estes fazem interface
313 com as ações da CT nos quesitos, Comunicação, Diálogo, Participação e Controle. Percebe-se,
314 segundo Maria do Carmo, é que o PTI, ficou numa fase processual e não trouxe um
315 aprofundamento de conteúdo, não trouxe resultado efetivo e assim não há percepção da
316 mudança.

317

318

319

320

5) Considerações Finais

321 Houve uma explanação de que a oficina foi uma solicitação da CT Indígena e Povos e
322 Comunidades Tradicionais por meio de uma Nota Técnica. O objetivo era trazer a apresentação
323 para a CT de Comunicação como forma de integração ao Plano de Comunicação como um todo.
324 Letícia coloca que nome estão sendo expostos nas denúncias, como lideranças, FR colocou que
325 nomes não são expostos e que não há juízo de valor.

326
327 Denúncias de concessão indevida AFE e indenização: Letícia sugere que haja a conversa com
328 atingido denunciado devido alguma falta entendimento. FR coloca que hoje não há necessidade
329 de contato, até mesmo para não gerar divergências e constrangimentos. Letícia coloca que
330 durante a apuração haja essa conversa sem colocar que o atingido é denunciado.

331
332 Os Encaminhamentos foram detalhados e pontuados e estão descritos abaixo:

- 333
- 334 1. Verificar entrega para Jumaida dos painéis da facilitação gráfica para dia 28/08 em BH.
- 335 2. Convidar a Câmara Técnica para todas as reuniões para construção dos CITE's tanto em
- 336 MG quanto no ES.
- 337 3. Avaliar possibilidade de conversa com atingido durante apuração de denúncias sem
- 338 colocar que o atingido é o denunciado. Enviar relatório contendo o embasamento das
- 339 denúncias, conferencia das datas das ATAS enviadas pela Ouvidoria, inclusão da fala dos
- 340 atingidos e o detalhamento de tudo que foi dito ou exposto nestas atas e do que
- 341 Ouvidoria está realizando em campo.
- 342 4. Consertar ata da reunião de Ipatinga, data está 15 de outubro e é 15 de agosto.
- 343 Questionado também que na ata não há registros dos momentos de fala dos atingidos.
- 344 5. CT coloca que quer ser informada das reuniões realizadas pela Ouvidoria nos territórios
- 345 antecipadamente.
- 346 6. Compartilhar com a CT o cronograma das oficinas da ouvidoria.
- 347 7. Enviar a apresentação dos canais de relacionamento que seria apresentada na reunião.
- 348 8. Colocar no report sobre Gestão Territorial que o já houve de impacto e que o já mudou
- 349 durante a construção do PTI.
- 350 9. Avaliar forma de divulgação da Ouvidoria para a comunidade de Degredo.
- 351 10. CT questiona um plano de comunicação por território atreladas às ações a serem
- 352 realizadas.
- 353 11. Elaborar como se dará a questão de "acessibilidade" nos canais de relacionamento e site
- 354 da Renova. Fornecer o follow up na próxima reunião.
- 355 12. Disponibilizar para a CT as demandas por território, para canais de relacionamento e
- 356 ouvidoria, por ano.
- 357 13. Encaminhar uma prévia da pesquisa para acompanhamento da CT, com a metodologia e
- 358 conteúdo do questionário utilizado.
- 359 14. Relação das pessoas que participaram do Plano/ Oficina de Comunicação em Degredo e
- 360 qual o objetivo atingido.
- 361 15. Retorno Oficina de Participação Social realizada dias 16 e 17/08:



- 362 a. Próximas oficinas será com os atingidos em setembro. A princípio em dois
363 momentos, MG e ES. Com previsão de fechar com a participação da FR até
364 dezembro.
- 365 b. Jumaida colocou que terá uma reunião do secretariado do CIF com intercâmaras
366 para alinhar questões de custeio.
- 367 16. Definição Programa 35: CT enviará NT sobre definição do Programa.
- 368 17. Definição Programa 06 e 36: CT enviará Nota técnica sobre a definição dos programas.
-